



SER MULHER NEGRA NO COTIDIANO ESCOLAR: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E PERCURSOS

Damiana Camila Vilalva França

Raquel Mombelli

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo: O presente estudo é resultado de uma pesquisa realizada anteriormente na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2016. A fim de analisar a trajetória de duas mulheres negras no espaço escolar público, foram utilizadas entrevistas narrativas, que permitiram compreender os significados atribuídos, a partir de suas próprias perspectivas, de ser negra no cotidiano escolar. A metodologia utilizada para atingir o determinado objetivo foi de natureza qualitativa, que buscou compreender um determinado fato, acontecimento, permitindo um tratamento sobre os dados que foram coletados durante a pesquisa, de modo que foi possível a transcrição e a reflexão sobre a temática. Para tanto, foram selecionadas duas mulheres negras, com processo de escolarização em épocas diferentes, e de idades e trajetórias de vida diversas de modo a compreender o papel que a escola desempenhou em sua formação educacional, pessoal e profissional e de que forma a identidade étnico-racial foi observada em suas trajetórias educacionais. Os nomes fictícios Dandara e Tereza de Benguela, duas referências foram utilizados para preservar a identidade pessoal das entrevistadas e estabelecer uma conexão entre suas histórias de vida. Como resultados da pesquisa foram apresentados alguns núcleos de análises, permitindo encontrar pontos em comuns e diferentes entre as entrevistadas. A partir dessas duas narrativas foi possível ainda constatar o flagrante silêncio e omissão sistemática sobre a questão do racismo no espaço escolar público. Concluiu-se com o estudo a importância da aplicação da Lei 10.639/2003 no combate a discriminação racial no espaço escolar, na valorização do protagonismo histórico das mulheres negras no Brasil, e como um instrumento eficaz a conclusão da formação educacional das mulheres.

Palavras-chave: Mulher Negra; Trajetória Escolar; Histórias de vidas.

Introdução

Vivemos atualmente em uma sociedade extremamente patriarcal, capitalista, dominada pelos homens, e ainda, dominada pelos homens brancos. Esse estudo abordará um tema que precisa ser discutido amplamente entre todos: o ser mulher negra. Se não bastasse ter que conviver com o estereótipo de ser mulher, e assim sofrer preconceitos, convivendo com o



complexo de inferioridade e subordinação, precisa-se conviver com o fato maior ainda, o de ser uma mulher negra em país extremamente capitalista, machista e racista.

Sabe-se que na sociedade em que vivemos atualmente, perdura-se um quadro alarmante de desigualdade de gênero, produzindo assim um mapa de exclusão da grande parcela feminina em relação aos homens. A desigualdade mostra-se presente não apenas nas funções pré-determinadas pelo sexismo, mas também na faixa salarial inferior, comparado-a com de um homem. Segundo Nery (2005, p. 46),

Desde que a mulher ingressou no mercado de trabalho, podemos notar que vários aspectos das diferenças de gênero têm se manifestado. As mulheres geralmente recebem salários menores que os dos colegas homens, são submetidas a tarefas menores, monótonas, repetitivas, têm menores oportunidades de conseguir empregos, são as primeiras a entrar nas listas de demissão quando há cortes nas empresas [...]

Diante disso, percebem-se as representações sociais que muitas mulheres têm enfrentado diariamente, configurando-se como um quadro de desigualdade de gênero dentro de nossa sociedade.

Propus-me a estudar acerca da trajetória escolar de duas mulheres negras no espaço escolar público, bem como conhecer os significados atribuídos a partir de suas próprias perspectivas, de ser negra no cotidiano escolar, durante o curso da disciplina Raça e Etnia, do Curso de Pós Graduação: Gênero e Diversidade na Escola, da Universidade Federal de Santa Catarina, onde tive a oportunidade de aprofundar questões relevantes sobre o negro do mundo e no Brasil e perceber o duplo preconceito sofrido pela mulher negra na sociedade.

É importante ressaltar que a questão de conhecer essas duas mulheres facilitou o acesso aos depoimentos. Entrevistá-las foi um misto de nostalgia e ao mesmo tempo espanto com as situações que cada uma vivera ao longo de suas trajetórias de vidas. Dandara e Tereza, nomes fictícios atribuídos às mesmas, viveram 10 processos de escolarização em épocas diferentes, bem como trajetórias de vida diversas de modo a compreender o papel que a escola desempenhou em suas formações educacionais, pessoais e profissionais. Estou interessada nesse problema e queria encontrar respostas às seguintes perguntas: Quais os significados, sentidos atribuídos a escola? Quais eram as expectativas iniciais destas com a escola, e o que mudou? Como foi a inserção destas no mundo escolar, o processo de letramento? O que os



pais diziam com relação aos estudos, quais eram as justificativas? Como eram as relações sociais com as crianças brancas no espaço escolar e com os professores, e nos eventos festivos, o que se destacava nesse universo escolar? E nas reuniões de pais, as notas, trabalhos acadêmicos, educação física, materiais que mais gostavam? Como lidavam com o conflito no espaço escolar? De que forma a identidade étnico-racial foi considerada no processo de formação educacional enquanto alunos e por parte da instituição escolar?

Através disso, acredito que trarei contribuições importantes para o aprofundamento dessa temática, enfatizando aspectos importantes no percurso escolar das mulheres negras, bem como também uma conexão do mundo escolar, com o mundo social. Decidi optar por estudar essa temática, pois se trata de algo que me cativa diariamente, e que me faz refletir várias questões em torno desta. O objetivo principal desse estudo é analisar a trajetória escolar de duas mulheres negras na escola pública, de forma a perceber, a partir de suas próprias perspectivas, o significado de ser negra no cotidiano escolar. Identificar os principais fatores acionados por elas para justificar as experiências de sucesso ou fracasso escolar, bem como, de que forma, esses eventos apareciam ou não associados ao pertencimento étnico-racial e a práticas de racismo na escola.

Breve resumo da desigualdade das mulheres negras no contexto escolar

Sabe-se que desde o período de colonização do Brasil, os negros sempre foram privados do âmbito escolar. A escravidão era um marcador social na vida desses sujeitos.

A verdade é que a escola era um privilégio apenas de alguns: os homens brancos da elite, da nobreza. E se a entrada dos homens negros já era um grande desafio, imaginemos então como se daria o processo de escolarização das mulheres negras na história do Brasil.

A história da educação formal no Brasil teve início no ano de 1549, ainda no período colonial, com a chegada dos jesuítas no país, que desde então passaram a consolidar o ensino público, através da Companhia de Jesus. O objetivo dessa Companhia era catequizar os índios, convertê-los, ou seja, tratava-se de uma ordem religiosa. O ensino pautava-se em aprendizagens profissionais, como pesca e atividades agrícolas, bem como também o ensino da língua portuguesa, para a leitura de trechos bíblicos (OLIVEIRA, 2011).



Nesse período, a educação da mulher era no lar, voltada especificamente para as atividades domésticas, aos cuidados da casa e dos filhos. Tomé et al (2012) ressalta que no período do Brasil Colônia “[...] a instrução era reservada aos filhos homens dos indígenas e dos colonos. Esses últimos cuidavam dos negócios do pai, ou entravam para a Companhia de Jesus. Já a mulheres, brancas, ricas ou pobres, negras escravas e as indígenas não tenham acesso a leitura e a escrita“. Com isso, as mulheres não tiveram acesso a escolarização no período colonial, restringindo-se apenas a trabalhos domésticos e de ordem religiosa, tais como: cantos e orações.

Foi somente com as reformas pombalinas, que essa situação foi se modificando aos poucos. Segundo Stamatto (2002), com as reformas pombalinas no ano de 1758 houve:

[...] a abertura e instalação de escolas régias para o público feminino, embora o ensino fosse feito separadamente por sexo, ou seja, somente professoras mulheres podiam dar aulas às meninas e professores homens aos meninos e nunca as meninas estariam ao lado dos meninos na mesma sala de aula (STAMATTO, 2002, p. 3).

Mas e a educação para os negros?

Somente anos mais tarde, é que vamos encontrar registros de experiências escolares negras. De acordo com Cruz (2005), há registros bem vagos de que no ano de 1860 foi criado o primeiro colégio feminino (Colégio Perseverança), em Campinas. E, em 1902, ocorreu a fundação do Colégio São Benedito, a fim de alfabetizar os filhos dos homens de cor da cidade.

O que se percebe é que por anos o público feminino, negro e pobre foi privado do processo de escolarização. De acordo com Faria Filho (2000), ainda no século XX, o Estado não tinha uma grande preocupação em colocar um número muito grande de sujeitos das camadas populares na escola, até porque o número de escolas existentes não atendia a demanda. Para se ter uma ideia o processo de escolarização das camadas populares só se iniciou com a disseminação da concepção de que o povo precisava ser instruído para ter o poder de escolha.

Sobre isso Faria Filho (2000, p. 137) descreveu o seguinte,

A instrução possibilitaria arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país [...]. Nessa perspectiva, a



instrução como um mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre, mas também evitaria que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado.

Diante disso, percebemos que o cenário do processo de escolarização para as mulheres negras no país foi travado com grandes lutas e embates, a fim de conquistar o direito ao acesso à escola, bem como a redemocratização escolar. Foram anos de desigualdade, de verdadeiros retrocessos.

Enfim, nesse trabalho retrataremos as histórias de vidas de duas mulheres negras que tiveram acesso a educação escolar, bem como deram um significado a este espaço, revelando-nos aspectos diversos durante suas trajetórias escolares. Nessas narrativas encontraremos suas perspectivas, expectativas em relação a escolas, bem como também os fatores influenciadores dentro desse processo de escolarização.

Metodologia

A metodologia que foi utilizada para a construção dessa pesquisa foi de natureza qualitativa. Segundo Neves (1996, p. 1), esse tipo de pesquisa “[...] compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”. Dessa forma, a escolha dessa abordagem ocorreu pelo fato da mesma permitir um tratamento sobre os dados coletados, bem como a descrição e a reflexão sobre um determinado acontecimento.

Para cumprir os objetivos propostos acima, foi preciso utilizar alguns procedimentos metodológicos, descritos abaixo.

Inicialmente, entrei em contato com duas mulheres negras de idades e níveis de escolarização diferentes: uma com idade de 35 anos, com Ensino Médio Completo, e outra com idade de 60 anos, com Ensino Médio Incompleto.

Após a escolha dessas duas mulheres, bem como o aceite das mesmas em participar da pesquisa, realizei entrevistas - narrativas de forma que elas contaram suas histórias de vidas e seus percursos escolares a partir de suas próprias perspectivas e condições de pertencimento étnico-racial. Para a realização do método entrevista - narrativa utilizei um roteiro com



perguntas previamente elaboradas a fim de controlar maior o alcance dos objetivos proposto nesse projeto de pesquisa.

Segundo Goss (2003, p. 37): “[...] a idéia da entrevista “narrativa” é de reconstrução dos acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes. O conhecimento desse mundo construído pelas pessoas em suas interações diárias é de fundamental importância para o pesquisador [...]”.

É de fundamental importância conhecer profundamente a trajetória de vida de cada sujeito, para que assim se possa fazer uma análise minuciosa quanto ao objeto estudo, a problemática do trabalho. Nesse sentido, o método da história de vida é também um passo primordial para se chegar aos frutos da pesquisa. Através do relato dessas mulheres negras, foi possível analisar a trajetória escolar das mesmas, destacando pontos positivos e negativos relacionados às suas condições de pertencimento étnico-racial ocorridas durante a trajetória escolar.

Como instrumento de registro, utilizei o gravador, que permitiu registrar minuciosamente todos os fatos contados durante a entrevista. Depois de ouvir as histórias de vida, passei para o próximo passo que foi a transcrição, sistematização e análise do material dos dados coletados.

Após a sistematização dos dados da pesquisa, passei para o passo final, onde foram analisados esses dados de forma a cumprir os objetivos da pesquisa.

Considerações finais – Dandara e Tereza: ontem e hoje percursos escolares reincidentes

Ao longo da pesquisa, ouvimos histórias que trouxeram marcas, sentimentos, projetos, sonhos entre outros, que marcaram a existência dessas mulheres negras dentro da sociedade.

Trata-se de experiências vividas pelas mesmas durante o percurso escolar e que revelaram a identidade de cada uma destas, ressaltando algumas fases marcantes de suas vidas, bem como as dificuldades que tiveram e que lhe impediram muitas das vezes de seguir os seus ideais, sonhos.

As histórias de Dandara e Tereza de Benguela se assemelham em alguns aspectos. Mas, também se diferencia em muitos, principalmente no ponto em que como cada uma



destas via os fatos que se apresentavam as mesmas, ou seja, o olhar das mesmas para cada coisa era um olhar diferente, de acordo com suas trajetórias de vidas.

Ao analisar as histórias de vidas de Dandara e Tereza nota-se alguns elementos fundamentais que se entrelaçaram nas entrelinhas desses percursos escolares, nas quais vamos discutir nesse tópico.

Percebe-se que essas duas mulheres negras são oriundas da classe popular, que revelam um aspecto simplista das coisas, um jeito muitas das vezes inocente de olhar para os fatos. Essas mulheres passaram por inúmeras situações, que acabaram interferindo em seus processos, percursos escolares.

A questão racial é percebida de forma bem diferente pelas duas mulheres. Enquanto Dandara ressalta que a questão do preconceito não existia em sua época, Tereza revela que este nunca deixou de existir, seja ela de forma velada ou estampada.

Outro fato que chama atenção nas histórias dessas mulheres é a questão dos fatores decisivos, que acabaram influenciando no percurso escolar destas. Dandara que concluiu o Ensino Médio relata que não progrediu nos estudos, pois o curso de ensino superior, na qual a mesma queria cursar era período integral, o que não lhe permitiu fazer, pois a mesma necessitava trabalhar. Desse modo, a mesma não prosseguiu nos estudos. Já Tereza descreve que o fator decisivo na interrupção do percurso escolar foi a maternidade, bem como também a sua debilidade física, devido a bronquite, uma doença que a mesma tinha na época. De acordo com ela, esses fatores fizeram com que a mesma não progredisse no seu percurso escolar, cursando apenas o Ensino Fundamental completo.

Esses fatores são expressões pontuais do que se processa em termos de estrutura do país, marcada pelo racismo como um elemento central a produção de desigualdade social e econômica do país.

Um fator que cruza tanto a história de Dandara quanto a história de Tereza de Benguela, é a questão do trabalho como domésticas. O Ipea traz um dado muito interessante, através de uma das edições da obra do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, que diz respeito ao campo de atuação da mulher negra no mercado de trabalho no ano de 2007. Segundo os dados, o trabalho doméstico trata-se de uma ocupação carregada de baixo valor social, onde as mulheres negras e pobres precisam ser submetidas, reunindo assim traços que



ainda denotam um sistema escravocrata operante em nossa sociedade. Os dados ainda apontam que o índice de mulheres negras que exercem o trabalho doméstico chega a 21,4%, mulheres negras na posição de produção para próprio consumo e trabalho não remunerado chega a 15,4%. Porém um dado mais alarmante ainda é que apenas 23% dessas mulheres trabalham com carteira assinada, e cerca de 1,2% são empregadoras (PINHEIRO et al, 2008).

Há uma vasta literatura que discorre sobre as mulheres que na época da escravidão trabalhavam como mucamas e depois no pós abolição viram empregadas domésticas. Desse modo, é possível perceber que as escravas domésticas não desapareceram nem no século XX e nem no XXI. De acordo com Pereira (2011, p. 1):

[...] O fim da escravidão trouxe novos arranjos para que essas mulheres continuassem a exercer as mesmas atividades, deixaram de ser escravas domésticas e passaram a ser empregadas domésticas. Quando analisamos a concretude dos sujeitos femininos na memória histórica, podemos perceber que a figura da mulher negra sempre esteve atrelada a Casa Grande, ela desempenhou um papel importante na estruturação social e na divisão hierárquica das escravas, a esfera privada de socialização, a grande casa patriarcal, se tornou o principal lugar de domesticação das mulheres escravizadas e foram essas escravas que garantiram o funcionamento da Casa Grande.

Diante disso, percebe-se que de fato o sistema parece não ter mudado. Pouco são as alterações que podemos identificar para as mulheres negras do século XIX para o atual momento, com muitas dificuldades de acessar a educação, concluir os estudos ou conseguir ter uma qualificação profissional. O que mudou para grande parte das mulheres negras foi somente as nomenclaturas dadas a certas atividades exercidas por elas. Pois, alguns historiadores têm demonstrado que no período de transição da libertação dos escravos, parte das mulheres negras livres vai permanecer na casa dos patrões, dos donos de escravos, na condição de empregada doméstica. Nessa condição, o serviço doméstico assume características bem semelhantes à estrutura escravista que imperava nos séculos anteriores. Outras delas vão trabalhar como cozinheiras, lavadeiras, babás, faxineiras, atividades geralmente mantidas em relações de trabalho informais e de baixa remuneração. . Como bem retrata Pereira (2011, p. 5): “A escravidão acabou, mas suas heranças estão presentes no cotidiano e nas experiências de vidas das mulheres negras [...]”. Pouco mudou das condições sociais e econômicas das mulheres negras do século XIX para o século XXI.



Na verdade, Dandara e Tereza são herdeiras de um sistema escravista, que ainda hoje circula na nossa sociedade, fazendo com que mulheres negras raramente consigam romper as barreiras raciais impostas desse sistema e ascender socialmente e economicamente, mas dentro de seu limite permitido. De acordo com Costa Pinto (1998/1953 *apud* RATTTS, 2003, p. 14):

Quando a mulher de cor começa a ascender por outras formas na escala social [que não a prática do concubinato] – além de outros óbices comuns à cor independente de sexo, e ao sexo independente de cor – encontra, nessa arraigada atitude das camadas, um fator de resistência à sua ascensão como força de perpetuação de seu *status* subalterno.

É importante ressaltar ainda que tanto Dandara quanto Tereza não se vitimizam, não permaneceram na inércia social ou política, ambas encontram forças para continuar lutando pela sobrevivência e depositando esperanças nas futuras gerações para que esses alcancem condições melhores de vida. Ambas possuíam um projeto de cidadania profissional, onde as mesmas não foram para a miséria, mesmo com todas as adversidades que suas vidas encontraram, nem mesmo adotaram um discurso amargurado de vitimização. Pelo contrário, essas duas mulheres sempre lutaram e alcançaram profissões dignas e dentro dos seus limites, de suas possibilidades, destacando assim uma perspectiva de consciência de cada uma delas sobre a realidade que lhe foram impostas. Ao longo das narrações, mostraram que sempre é possível fazer alguma coisa, cada uma a sua maneira, não deixou de lutar e de desempenhar um certo protagonismo familiar. Talvez as suas grandes batalhas estejam realmente no campo do núcleo familiar, considerado fundamental para Tereza e Dandara para as possibilidades de busca de melhores condições de vida para suas filhas e netas. Outro elemento comum e que une os sujeitos participantes dessa pesquisa é a relação que ambas tiveram com o mercado de trabalho. Dandara começou a trabalhar muito cedo, aos 12 anos de idade, como doméstica. Com Tereza não foi muito diferente. A mesma começou a trabalhar aos 9 anos de idade, também como doméstica, na casa do casal que havia lhe adotado.

Diante desse contexto, para o sujeito o trabalho se apresenta como uma força humana fundamental. Para Marx e Engels (1978, p. 53),

[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação,



impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza como uma de suas forças. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza [...].

Desse modo, percebe-se que o trabalhador acaba por se tornar uma mercadoria nas relações sociais que se estabelece na sociedade.

Assim, compreende-se a forte ligação existente entre o sujeito e o trabalho. O que se evidencia nesse caso é a estreita ligação de Dandara e Tereza com o trabalho, em um movimento de necessidade, de amparo e de melhoria de vida, com um futuro melhor.

O caso de Dandara e Tereza toma uma proporção bem mais ampla, pois ambas tentaram conciliar estudar e trabalhar simultaneamente. Sobre isso, Mattos e Chaves (2010, p. 13) enfatizam que: “[...] trabalhar e estudar apresenta-se como um desafio cotidiano, e os jovens revelam a necessidade de desenvolver estratégias para conciliar as atividades nesses dois ambientes que disputam seu tempo, atenção e dedicação.

Durante a narrativa das histórias de vida dessas duas mulheres foi possível perceber também um elemento fundamental que cruzou essas histórias, que são as barreiras raciais. Foi perceptível que tanto Dandara quanto Tereza não conseguiram realizar seus sonhos. Nesse sentido, o fracasso é colocado no sujeito, como o único fator decisivo para essa condição. No entanto, precisamos pensar que a não concretização desses projetos, desses sonhos se dá a uma série de fatores implícitos dentro de nossa sociedade. Moreira (2013, p. 159) ressalta que:

[...] o segmento negro para ascender, tem de enfrentar um caminho espinhoso, tendo em vista que há mecanismos sociais definidos culturalmente na nossa sociedade, que são utilizados para inibir o negro e o mulato que ameaçam sair do seu “lugar” e, por isso, é preciso que o negro encontre mecanismos também sociais de enfrentamento.

Dandara e Tereza em suas narrativas também revelaram ao longo de seus discursos a questão da influência da religião em suas vidas. Ambas são evangélicas, e fazem parte de um mesmo grupo de religiosos. O que de fato precisamos entender é: Como é ser negro e evangélico ao mesmo tempo? Como a religião acaba discutindo o racismo? Quais são os espaços onde são discutidos o racismo?



É importante ressaltar que o Movimento Negro tem alguns contrapontos em relação ao Cristianismo, por se tratar de um Movimento que reconhece muitas religiões de origem africana, enquanto que o Cristianismo adota a postura de seguir apenas a Cristo. Santos (2015, p. 139) ressalta “Ser evangélico [...] implicava a negação das religiões de origem africana, negação que pode ser comprovada em muitos momentos da história deste grupo marcada por diversos confrontos com os cultos afro-brasileiros [...]”.

No entanto, não podemos nos esquecer da outra faceta levada pelas práticas religiosas, que é o aceitamento ao outro, bem como a mensagem de paz, alegria transmitidas ao ser humano, que alivia a alma do mesmo, trazendo assim o bem-estar social. Segundo Oliveira e Junges (2012, p. 473), “[...] a espiritualidade vem encontrando seu lugar como resposta aos anseios mais profundos do ser humano. Ao mesmo tempo, não se pode reduzir essa busca a uma mera satisfação de consumo social que não preencheria o vazio constituinte do ser humano”.

Por fim, o último elemento encontrado nas narrativas de Dandara e Tereza diz respeito ao racismo. Como discutido anteriormente, temos ao menos dois tipos de preconceitos existentes, e o que predomina em nossa sociedade é o preconceito racial de marca, que se estabelece pela aparência, pela cor, pelos traços físicos do outro. Nas narrativas pudemos notar que Dandara não percebe o racismo pela qual contornou toda a sua trajetória existencial, revelando assim o racismo velado, que não é revelado. O depoimento dela revela a dificuldade que a maioria dos brasileiros tem de identificarem práticas e predisposições racistas. Não é exclusividade de um discurso, um depoimento, refletir sobre isso. Enquanto que Tereza percebe esse racismo, consegue identificá-lo através dos diálogos feitos em sua família. É na família que ela vai aprendendo a identificar o racismo como constituinte das relações sociais e do mercado de trabalho, sobre as barreiras raciais que determinam o destino de grande parte das mulheres negras, onde a única possibilidade de trabalho é como doméstica, faxineiras ou babás.

Além disso, foi também perceptível durante as narrativas dessas mulheres a questão do silêncio dos agentes da escola em discutir essa temática. Precisamos pensar que a escola é o melhor ambiente para a discussão da temática do preconceito, do racismo. Sobre isso, Moreira (2013, p. 157):



[...] é importante que as escolas discutam sobre as questões raciais ocorridas em seus espaços, aprofundando na questão da discriminação do segmento negro e, sobretudo, evidenciando a valorização, o reconhecimento e a contribuição do negro na construção do país e na formação do povo brasileiro.

Diante disso, é necessário que os professores, coordenadores, diretores se mobilizem e quebrem esse tabu dentro dos âmbitos escolares. A escola precisa ser um espaço para dialogar práticas de racismo, discriminação.

A partir, dessas narrativas foi possível perceber o silêncio do espaço escolar sobre a questão do racismo no passado e que na atualidade pode ser superado a partir da implementação da Lei 10.639 (BRASIL, 2003).

A Lei 10.639 foi criada em 9 de janeiro de 2003, e tem como objetivo incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro Brasileira. Desse modo, a mesma possui uma grande importância no combate a discriminação racial e na promoção da afirmação étnico-racial para que a escola seja um ambiente positivo e de valorização da construção das identidades.

Contudo, percebemos o racismo ainda muito presente em nossos dias. E esse assunto precisa ser debatido nos âmbitos escolares. A Lei 10.639, veio para somar conosco na luta contra esse grande mal presente na sociedade.

Afinal, somos agentes transformadores neste mundo, capazes de atuar sobre este de forma ativa e reflexiva, pensando em grandes propostas de combate ao racismo. As mulheres negras tornaram-se alvos muito fáceis durante décadas, e parece que hoje esse cenário ainda não mudou tomando apenas outras proporções. Nesse sentido, cabe a nós através da educação discutir esse preconceito existente, e assim formar cidadãos que consigam discutir essa questão em outros ambientes da sociedade, ampliando essa discussão.

Referências

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros



In: BRASIL. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, P. 21-35.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. *In:* LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150.

GOSS, Karine Pereira. **Identidades militantes em ações coletivas contemporâneas em Florianópolis (SC)**. Dissertação. 142p. Florianópolis: SC, 2003.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.

MATTOS, Elsa de; CHAVES, Antônio Marcos. Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos. **Psicol. Cienc. Prof.** v. 30, n. 3, set. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2947/1/v30n3a08.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2016.

MOREIRA, Nilvaci Leite de Magalhães. Mulheres negras professoras: das barreiras raciais a ascensão social. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 1. 2013. Disponível em:

<<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CDYQFjAD&url=http%3A%2F%2Frevistas.uniube.br%2Findex.php%2Fanais%2Farticle%2Fdownload%2F747%2F1044&ei=DBxOVdiCYHRgwTYyIH4BQ&usq=AFQjCNEVceyNRLdzGKywwSAIrJpZeKBdjg&sig2=fZbPAfaxgt4aFZCRhyv24A&bvm=bv.92885102,d.eXY>> Acesso em: 23 de novembro de 2016.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração. **FEA-USP**. São Paulo, v. 1. n. 3. 2º sem, 1996.

NERY, Denise Cristina Martins dos Santos. **Trabalho feminino: Representações Sociais e assédio moral**. 2005. 115 p. Disponível em: http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=147. Acesso em: 26 de agosto de 2016.

OLIVEIRA, Amanda Melissa Bariano de. Ação educacional jesuítica no Brasil colonial. Anais do III Encontro Nacional do GT História das religiões e das religiosidades – Anpuh - Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011.



OLIVEIRA, Márcia Regina de; JUNGES, José Roque. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 17, n. 3, p. 469-476, Dec. 2012.

PEREIRA, Bergman de Paula. **De escravas a empregadas domésticas: a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós- abolição**. São Paulo: PUC, 2011.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália de Oliveira; BONETTI, Ana Carolina Querino Alinne; ROSA, Waldemir. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília: Ipea; SPM: UNIFEM, 2008. 36 p.

RATTS, Alecsandro JP. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. Comunicação apresentada no **XXVII Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, MG, 2003, 21 p.

SANTOS, Adriana Martins dos. Movimento Negro evangélico: o caso Reginaldo Germano. **Revista Perspectiva Histórica**, Janeiro/Junho de 2015, n. 5 . Disponível em: <http://perspectivahistorica.com.br/revistas/1434222646.pdf>. Acesso em: 23 de novembro de 2016.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549 - 1910). **II Congresso Brasileiro de História da Educação**, Natal, 2002.

TOMÉ, Dyeinne Cristina; QUADROS, Raquel dos Santos; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A educação feminina durante o Brasil colonial. **Anais da Semana de Pedagogia da UEM**, v. 1, n. 1. Maringá: UEM, 2012.